



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

CONSELHO DE RELAÇÕES DO TRABALHO

Ata da 4ª Reunião da Câmara Bipartite Governo -Trabalhadores

Data: 25 de setembro de 2012 (manhã)

Local: Esplanada dos Ministérios, Bloco “F”,
Edifício Sede – Sala de Reunião 433.

1 Aos vinte e cinco dias do mês de setembro de 2012, no Edifício-Sede do Ministério do
2 Trabalho e Emprego, na Sala de Reuniões 433, localizada na Esplanada dos Ministérios,
3 Bloco F, em Brasília, Distrito Federal, ocorreu a 4ª Reunião da Câmara Bipartite
4 Governo - Trabalhadores. Estiveram presentes os **TITULARES:** EUDES DA SILVA
5 CARNEIRO-SRT; PAULA FARIA DE POLCHEIRA LEAL-SRT; MÁRIO DOS
6 SANTOS BARBOSA-GM; NILTON FRAIBERG MACHADO-SE; JOSÉ CARLOS
7 PADILHA AREAS-CTB; JACY AFONSO DE MELO-CUT; AGILBERTO
8 SERÓDIO-NCST e FRANCISCO CANINDÉ PEGADO DO NASCIMENTO-UGT;
9 OS **SUPLENTE:** SERGIO PAIXÃO PARDO-GM; VALEIR ERTLE – CUT;
10 **CONVIDADOS:** MANOEL MESSIAS MELO-SRT; RENATA FRIAS PIMENTEL-
11 SRT; CARLOS PEREIRA-CGTB; MAURI VIANA-CGTB; REGILANE
12 FERNANDES-SENAES; WILSON PEREIRA-NCST; CLÓVIS SCHERER-DIEESE;
13 LUIZ CARLOS MOTTA-FS; DANILO PEREIRA DA SILVA-FS; VIVIAN
14 MARQUES-FS; CLAUDIO DE OLIVEIRA PERONCIO-CUT; DANIELE SOUZA-
15 CUT; SANDRA OLIVEIRA-CUT e JOSÉ EYMARD LOGUÉRCIO-CUT.
16 **ABERTURA:** O Sr. Canindé Pegado abriu os trabalhos. Após discussão sobre o tema
17 rodízio na presidência da Câmara o regimento interno foi consultado, e havendo
18 previsão no regimento e na portaria sobre o sistema de rodízio com periodicidade de um
19 ano a discussão foi equalizada. A reunião prosseguiu com a nova conformação,
20 fazendo-se as alterações necessárias na coordenação. A partir daí o Sr. José Carlos
21 Areas conduziu a reunião. **O primeiro ponto tratado foi o Sistema de Rodízio.** O
22 titular Jacy Afonso ressaltou a importância do Sistema de Rodízio com as seis centrais
23 sindicais participando do giro de representação. Lembrou que a mudança de Ministro e
24 a dificuldade ocorrida no Ministério impossibilitou o rodízio em maio. Os novos
25 mandatos encerram-se em maio de 2013. **Outro assunto tratado** - substituição do
26 Senhor Messias Melo, ex-Secretário de Relações do Trabalho da CUT que pediu
27 desligamento da direção para assumir o cargo de Secretário de Relações do Trabalho do
28 Ministério do Trabalho. A Senhora Maria das Graças é a nova Secretária das Relações
29 do Trabalho da CUT. Foi ressaltada a necessidade de se fazer rodízio na coordenação da
30 Bancada Patronal, também. O coordenador da Bancada dos Trabalhadores no CRT,
31 Carlos Pereira falou sobre a troca dos representantes da CGTB que seriam os mesmos
32 no Conselho e na Bipartite. O Senhor Carlos Pereira será o titular e o Senhor Mauri
33 Viana o Suplente. Na Bancada dos Trabalhadores houve rodízio dos coordenadores com
34 Carlos Pereira como coordenador e Jacy Afonso – CUT como suplente. No caso da
35 Bancada do Governo, Eudes Carneiro- SRT- continua como representante pois ainda
36 não foi definido outro nome, portanto, ficou decidido entre os presentes que os nomes
37 dos representantes da Bancada do Governo seria encaminhada até a próxima reunião.
38 **Segundo ponto** – aprovada a ATA da reunião anterior por todos os presentes. **Terceiro**
39 **ponto** - *retomada das discussões sobre o tema Atos Antissindicais, objetivando a*
40 *finalização do texto do anteprojeto de lei com o consequente encaminhamento ao*
41 *congresso nacional.* Foi proposta uma reunião da Bancada dos Trabalhadores,
42 acrescido dos companheiros das Centrais Sindicais, para posterior discussão numa
43 reunião extraordinária na Câmara. **Quarto ponto** - *movimentação de mercadorias –*
44 *Lei 12.023/2009.* Foi proposto o estabelecimento de uma mesa de negociação entre as

45 centrais sindicais, os trabalhadores e os dirigentes sindicais envolvidos, indicados pelas
46 centrais sindicais, comerciários e rodoviários. Ficou decidido que ao final da reunião o
47 Conselho definiria o cronograma para marcar as reuniões propostas, com a preocupação
48 de retomar os trabalhos com urgência. A sugestão foi uma reunião extraordinária para
49 tratar dos dois pontos – atos antissindicais e movimentação de mercadorias. Na parte da
50 manhã se discutiria um tema, e na parte da tarde, outro. **Quinto ponto - abrangência do**
51 **inciso II do Art. 1º, da Lei 11.648/2008 que trata da participação das centrais**
52 **sindicais em fóruns de negociações, colegiados de órgãos públicos e demais espaços**
53 **de diálogo social que possuam composição tripartite, dos quais estejam em discussão**
54 **assuntos de interesse geral dos trabalhadores.** Como a Bancada dos Trabalhadores
55 entendeu que a apresentação do quinto ponto não foi clara na pauta, gerou outra
56 discussão. Sugeriu-se que a apresentação dos temas da pauta deveriam ser
57 encaminhados antecipadamente por e-mail. Sobre a questão da pauta Eudes reiterou que
58 quando é enviada a convocação é solicitada sugestão de itens para a pauta onde
59 demarca-se um prazo para fechamento. Quando receberem a pauta, nós estaremos
60 abertos a que venham as contraposições como mudança ou retirada de item de pauta.
61 Sobre o tema referente à participação das centrais nos espaços de diálogo social,
62 conforme quinto ponto foi decidido que as centrais sindicais devem indicar
63 representante em qualquer GT, indicando aquele que seja mais preparado para discutir
64 os problemas específicos de cada categoria. Eudes ponderou que independente da
65 conversa iria sugerir que a Secretaria de Relações de Trabalho ou do Conselho faça um
66 encaminhamento de um expediente formal para as centrais para que elas então deem
67 mais fundamentos jurídicos para firmamos uma posição **Sexto ponto: Analisar a**
68 **manifestação da CSP a qual solicita alteração do Art. 2º da Portaria 194/2008 no que**
69 **se refere ao reconhecimento das centrais sindicais.** O Sr. Eudes Carneiro lembrou a
70 Lei 11.648/2008 prevê no artigo 2º o exercício das atribuições e prerrogativas a que se
71 refere o inciso 2º do Caput do Art. 1º da Lei: participar de fóruns tripartites, a Central
72 Sindical deverá cumprir os seguintes requisitos... e na Portaria 194: As entidades que
73 pretendam aquisição das atribuições e prerrogativas de centrais sindicais deverão
74 atender aos requisitos constantes do artigo 2º da Lei 11.648/2008. Sendo assim, os
75 requisitos são exigíveis para participação nos fóruns tripartites e para recebimento de
76 contribuição sindical. Já na portaria, os requisitos são para aquisição das atribuições e
77 prerrogativas de centrais sindicais. O tema foi tratado a pedido da CSP para que haja
78 alteração na Portaria 194. **O entendimento da Bancada dos Trabalhadores foi de que**
79 **a Portaria 194 não sofresse alteração em razão do questionamento levantado pela**
80 **CSP. Sétimo ponto: proposição de alteração da Lei 3.857/1960, que criou a ordem**
81 **dos músicos do Brasil e normas regulamentadoras do processo.** Sobre esse ponto ficou
82 definida a necessidade de uma discussão mais específica. Seria uma discussão da
83 Bancada dos Trabalhadores, convidando as entidades, a Ordem dos Músicos e já
84 emitindo a opinião da bancada para as entidades filiadas. Após a discussão desse sétimo
85 ponto, foi considerada a necessidade de uma reunião extraordinária específica para cada
86 tema, propondo-se que uma reunião ocorresse em um dia e mais uma manhã na Câmara
87 Bipartite. Posteriormente foi definido que essas reuniões extraordinárias aconteceriam
88 logo depois da próxima reunião da Bancada dos Trabalhadores. **Oitavo ponto:**

89 *solicitação para fins de aferição das centrais sindicais, dos aposentados filiados ao*
90 *sindicato dos aposentados da força sindical e o sindicato nacional dos aposentados e*
91 *pensionistas de idosos da força sindical.* Essa questão foi rejeitada por unanimidade
92 pela Bancada dos Trabalhadores e Bancada do Governo, sendo considerada a proposta
93 como uma dupla representação já que eles são representados pelos sindicatos da
94 categoria respectiva. **Asseverou-se que os dados desses sindicatos não devem ser**
95 **considerados para fins de aferição.** Ficou definido que a proposta não foi aprovada
96 pela Câmara Bipartite e que se encaminharia a decisão para o Conselho homologar.
97 **Nono: continuidade das reuniões da Câmara Bipartite Governo e Trabalhadores,**
98 **específicos dos servidores públicos.** Concluíram sobre a necessidade de se marcar uma
99 reunião para discutir a questão da categoria, da tabela de categorias, dos ramos do
100 serviço público da administração pública. Foi citado sobre a discussão em um seminário
101 sobre a situação rural, trabalhadores rurais, que também têm a mesma questão do
102 registro sindical e outros temas como, por exemplo: a contribuição sindical rural que
103 vinha sendo tratada em outro grupo de trabalho. Concluiu-se que seriam duas agendas a
104 serem marcadas: serviço público, independente da Convenção nº 151, direito de greve, a
105 questão da organização sindical, do ponto de vista de categoria, e trabalhadores rurais.
106 Duas datas para tratar este ponto. A data da reunião com os servidores públicos ficou de
107 ser definida com o Representante da Nova Central que é o atual presidente da Câmara.
108 A reunião dos trabalhadores rurais ficou marcada para o dia 10 de outubro de 2012. O
109 Senhor Messias propôs a indicação de uma quantidade mínima de representantes por
110 entidade, acomodando principalmente a CUT e a CTB que particularmente têm
111 presença maior no mundo rural. Também apresentou uma questão sobre os
112 observadores. O Ministério propôs que a OIT fosse observadora no Conselho, pediu
113 então que o Conselho pautasse e discutisse o tema. Mais um ponto proposto pelo Senhor
114 Messias foi a ideia de retomar o atendimento regular com as centrais sindicais e a
115 necessidade de definir uma quantidade de processos em cada reunião. Informou sobre a
116 ocorrência de alterações no sistema para, ao consultar o processo, já se saiba a posição
117 na fila. Foi proposto que o número de processos tratados pelas centrais sindicais
118 aumentasse de três para cinco. O Sr. Carlos Pereira propôs que as audiências
119 acontecessem mensalmente, não de 45 em 45 dias como proposto anteriormente,
120 aumentando a margem de processos atendidos, facilitando o trabalho do Ministério,
121 diminuindo as audiências. Foi sugerido que a representação estadual da central sindical
122 remeta a solicitação de audiência à central sindical nacional. O Senhor Pegado também
123 fez sugestões quanto ao intervalo de tempo entre as audiências justificando que se elas
124 ocorrerem de 45 em 45 dias o número de processos atendidos, por ano, seria
125 relativamente pequeno. Pediu um esforço da parte das Centrais para que o prazo de
126 atendimento seja mensal. O Senhor Messias reforçou a determinação de que todos os
127 processos serão analisados respeitando-se a ordem cronológica de recebimento. O
128 Senhor Valeir falou que o Ministério tem que pensar em uma certificação digital para
129 agilizar os processos e desburocratizar a situação. Considerando o número de sindicatos
130 filiados foi sugerida uma forma para que se estabeleça uma média ponderada sobre o
131 número de atendimentos nas audiências. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a
132 tratar foi declarada encerrada a reunião. Gravaram-se todos os debates e depoimentos

133 pelo serviço de som do Ministério e, depois de transcritos, passarão a fazer parte
134 integrante desta Ata.